Volumen 7, número 13
enero-junio de 2019
ISSN-e 0719-3092

‘Folha de S. Paulo’, ‘O Globo’ e a afirmação de uma direita neoliberal na Nova República

‘Folha de S. Paulo’, ‘O Globo’ y la afirmación de una derecha neoliberal en la Nueva República

Folha de S. Paulo, O Globo and the assertion of a neoliberal right in the New Republic

Fabrício Ferreira
Mestrando em História Política
pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil
fabricio.f.medeiros@hotmail.com
ORCID: http://orcid.org/0000-0001-9420-671X

Resumo: O artigo examina a atuação política dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo durante a década de 1990, marcada pela eleição de governantes neoliberais no Brasil. Analisando a bibliografia especializada e os editoriais publicados pela Folha e O Globo no ano de 1994, sustento a hipótese de que os periódicos apresentaram-se como expoentes da direita neoliberal, adeptos de uma concepção particular de democracia assentada na propriedade privada e na economia de livre mercado.

Palavras-chave: direita; neoliberal; jornais; editoriais; democracia.

Resumen: El artículo examina la actuación política de los periódicos Folha de S. Paulo y O Globo durante la década de 1990, marcada por la elección de gobernantes neoliberales en Brasil. Al analizar la bibliografía especializada y los editoriales publicados por Folha y O Globo en el año 1994, sostengo la hipótesis de que los periódicos se presentaron como exponentes de la derecha neoliberal, adeptos a una concepción particular de democracia asentada en la propiedad privada y en la economía de libre, mercado.

Palabras clave: derecha; neoliberal; periódicos; editorial; democracia.

Abstract: This article examines the political performance of the Folha de S. Paulo and O Globo newspapers during the 1990s, marked by the election of neoliberal rulers in Brazil. Analyzing the specialized bibliography and editorials published by Folha and O Globo in 1994, I support the hypothesis that the journals presented themselves as exponents of the neoliberal right, adhering to a particular conception of democracy based on private property and the free economy Marketplace.

Key words: right; neoliberal; newspapers; editorial; democracy.

Fecha de recepción: 17 de julio de 2018.
Fecha de aceptación: 11 de diciembre de 2018.

Citar este artículo:

Chicago (Autor/a año)
Ferreira, Fabrício. 2019. "'Folha de S. Paulo', 'O Globo' e a afirmação de uma direita neoliberal na Nova República". *Revista nuestrAmérica* 7 (13): 66-81.

Chicago (notas)
Ferreira, Fabrício, "'Folha de S. Paulo', 'O Globo' e a afirmação de uma direita neoliberal na Nova República", *Revista nuestrAmérica* 7, no. 13 (2019): 66-81.

APA 6ª ed.
Ferreira, F. (2019). 'Folha de S. Paulo', 'O Globo' e a afirmação de uma direita neoliberal na Nova República. *Revista nuestrAmérica, 7* (13), 66-81.

MLA
Ferreira, Fabrício. "'Folha de S. Paulo', 'O Globo' e a afirmação de uma direita neoliberal na Nova República". *Revista nuestrAmérica*, vol. 7, nº 13, 2019, pp. 66-81. Corriente nuestrAmérica desde Abajo. Web. [fecha de consulta].

Harvard
Ferreira, F. (2019) "'Folha de S. Paulo', 'O Globo' e a afirmação de uma direita neoliberal na Nova República", *Revista nuestrAmérica*, [en linea] 7(13), pp. 66-81. Disponible en: URL

ISO 690-2 (Artículos de revistas electrónicas)
Ferreira, Fabrício, 'Folha de S. Paulo', 'O Globo' e a afirmação de uma direita neoliberal na Nova República. Revista nuestrAmérica [en linea] 2019, 7 (Enero-Junio): 66-81 [Fecha de consulta: xxxxxx] Disponible en:<URL> ISSN 0719-3092.

Introdução

As transições políticas pelos quais diversos países latinoamericanos passaram no final do século passado ensejaram debates sobre diversos assuntos: modelos de desenvolvimento, direitos humanos, justiça social, democracia, etc. Em meio a tais processos, uma temática passou a atrair o olhar de pesquisadores preocupados com as metamorfoses do espaço político, qual seja, as direitas.[1] Observadores de países distintos apontaram o surgimento de "novas direitas", entendidas como atores políticos que, buscando se desvincular da memória em torno das ditaduras militares, tentaram influenciar os rumos da política local e/ou nacional.

A direita neoliberal destacou-se no campo político[2] brasileiro, empreendendo uma batalha ideológica contra as esquerdas. Na imprensa, a direita produziu farto material crítico do Estado brasileiro, das empresas públicas, bem como de seus funcionários. Buscou desqualificar todo e qualquer projeto político de esquerda, geralmente associado ao estatismo, ao nacionalismo, ao radicalismo e ao anacronismo. Além disso, a direita neoliberal tentou subtrair a legitimidade de greves e movimentos sociais, tidos como desordeiros e subversivos. Na prática, a *Folha de S. Paulo (FSP)* e *O Globo* (*OG*) somaram esforços no sentido de restringir o direito de greve em benefício do capital, além de buscar desqualificar a ação política extraparlamentar, sobretudo quando voltada para a crítica ao estatuto da propriedade privada. Bem pensadas as coisas, esse artigo propõe examinar a atuação política da direita neoliberal, aqui representada pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Por meio da análise da bibliografia especializada e de editoriais publicados por ambos os jornais durante o ano de 1994, a pesquisa sugere que durante a década de 1990 a direita neoliberal defendeu uma concepção particular de democracia assentada na propriedade privada e na economia de livre mercado. Submetendo a redução das desigualdades à estabilização econômica, sob uma perspectiva suplementar e mecanicista, os ditos jornais demonstraram certa conivência com as disparidades socioeconômicas, além de posicionarem-se contra a expansão e a efetivação de direitos sociais.

---

[1] Neste trabalho, identifico por direitas os atores políticos (intelectuais, partidos, veículos midiáticos, movimentos sociais, etc.) situados no campo oposto às esquerdas, afinados com o inigualitarismo. Segundo Norberto Bobbio (1995), diferente das esquerdas, mais próximas, relativamente, a valores e projetos políticos igualitários, as direitas se definem por seu viés inigualitarista, isto é, por aceitarem como "naturais" a maior parte das desigualdades. Assim, entendo que os neoliberais se situam à direita no espaço político, por interpretarem as desigualdades como um fenômeno não-prioritário na agenda pública, mas sim na condição de produto direto da estabilização e do crescimento econômicos.

[2] Na definição adotada por Pierre Bourdieu (2012, 164), o campo político corresponde a um mundo social relativamente autônomo, no qual se produzem "problemas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores', devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção".

Neoliberais e o debate sobre as "novas" direitas

Diversos estudos têm demonstrado o protagonismo das direitas no espaço político latinoamericano. Seja na esfera estatal, através da imprensa ou de *think tanks*,[3] as direitas vêm se articulando, com o intuito de influenciar os rumos da política local e/ou nacional. Nesse sentido, a direita neoliberal destaca-se na batalha das ideias, buscando desqualificar as esquerdas e seus projetos políticos. Conforme argumentaram Karin Fischer e Dieter Plehwe (2013, 74-5), o discurso neoliberal vocaliza-se através de *think tanks* por quase toda a América Latina, atuando "como unidades que combinam módulos de conocimiento experto, consulta, lobby o apoyo activo". Esses organismos articulam a defesa de interesses econômicos dominantes a demandas do meio intelectual, político e cultural, tentando influenciar a agenda pública.[4] Articulados a seus similares norte-americanos, a exemplo da Atlas Network, *think tanks* sediados na América Latina se esforçam para barrar o que consideram a ascensão do populismo, representado por governos esquerdistas que a seu ver "[...] invocan amenazas a la democracia y al imperio de la ley" (Fischer & Plehwe 2013, 85).

Amparados em estudos publicados por intelectuais europeus, como Ludwing von Mises e Frederick Hayek, intelectuais latinoamericanos protagonizam conflitos de ideias, objetivando construir consensos no que tange às opções de política econômica e ao modelo de desenvolvimento a serem instalados na região. Segundo Samuel Moncada (1988), os intelectuais direitistas afinados com o neoliberalismo tentam provar a superioridade ética do mercado sobre o Estado. Construindo uma ordem de raciocínio marcada pela dualidade entre os efeitos advindos da ação das duas esferas mencionadas, a direita neoliberal responsabiliza o Estado pelo fracasso econômico da década de 1980, apontando como solução o fomento à iniciativa privada, a realização de privatizações, a primazia da estabilização econômica e da liberalização econômica.

Para Edgnar Jiménez (1988), a direita latino-americana apresentava duas ramificações no final do século XX, quais sejam: uma neoconservadora e uma neoliberal, constituindo-se ambas como "ideologias de transição" direcionadas a legitimar o controle sobre os movimentos populares em meio às liberalizações políticas do período (década de 1980). Essa interpretação foi realçada por Franz Hinkelammert, para quem a nova direita aceitaria a democracia apenas de modo instrumental à manutenção de seus interesses, defendendo-se a primazia militar na condução daqueles processos político-institucionais, a

---

[3] Na definição de Camila Rocha, *think tanks* são "instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto as instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas" (Rocha 2015, 262). São exemplos de *think tanks*: a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), o Instituto Millenium, dentre outros.

[4] Utilizo-me da expressão "agenda pública" para designar o conjunto de temas, questões e problemas coletivos mais salientados pelas autoridades e/ou meios de comunicação em determinado período.

economia de mercado e a "desvinculación entre democracia y derechos humanos" (Hinkelammert 1988, 3).

No contexto brasileiro, a "nova direita" apresentaria como uma de suas características principais a aceitação pragmática da promoção de políticas sociais, com o fim de tentar "[...] se desvincular da memória dos regimes ditatoriais militares apoiados pelos partidos da velha direita" (Codato, Bolognesi & Roeder 2015, 121). Seja como for, tal compromisso com o reformismo não está livre de críticas. Alguns autores advertem que a direita permanece contrária à execução de políticas voltadas para o combate às desigualdades, defendendo uma concepção restrita aos procedimentos formais da democracia, mas sem preocupar-se com a justiça social (Hinkelammert 1988; Araujo 2004; Boron 2010; Kaltwasser 2014). Além disso, várias pesquisas indicam que a relação das direitas com a democracia continua sendo tensa, na medida em que, por exemplo, grupos midiáticos contribuem para a redução da legitimidade das instituições políticas (Porto 2000; Rehbein 2011; 2013; Feres Júnior 2017; Oliveira 2017), costurando alianças políticas e mobilizando setores médios da sociedade contra governos de esquerda (Goldstein 2015; Carvalho 2016; Azevedo 2017; Gagliardi 2018).

As batalhas da direita neoliberal, portanto, acompanharam as transições políticas da década de 1980, bem como os conflitos políticos e ideológicos do período. No Brasil, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* se empenharam na construção de consensos em torno do projeto político neoliberal, buscando afirmar uma suposta superioridade ética do mercado como esfera de regulação das atividades econômicas. Reduzindo a justiça social ao alcance da estabilização econômica, em uma perspectiva mecanicista, a *FSP* e *OG* se posicionaram em prol de uma concepção particular de democracia assentada na defesa da propriedade privada e da economia de livre mercado, sem apontar para uma prioridade da redução das desigualdades.

Folha de S. Paulo e *O Globo*: batalhas da direita neoliberal na Nova República

Autores como Jaime Baron (2015), Ariel Goldstein (2015) e Fernando Azevedo (2017) argumentaram que veículos da grande imprensa brasileira, sobretudo a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, historicamente situam-se alinhados às forças de centro-direita. No período democrático de 1945 a 1964, os periódicos mencionados somaram forças com a União Democrática Nacional (UDN), apoiando seus candidatos à presidência da República. *O Globo*, em particular, demonstrou um viés anticomunista e elitista, defendendo a restrição à participação popular nos processos decisórios em momentos de maior tensão e radicalização política (Lattanzi 2013). No contexto da crise do governo João Goulart (1961-1964) e do regime democrático, tanto *OG* quanto a *FSP* buscaram articular-se com as forças de centro-direita empenhadas em romper a legalidade para "salvar" a

democracia do "perigo vermelho", leia-se, do comunismo supostamente favorecido pelo presidente Goulart.

De acordo com Azevedo (2017), o alinhamento da grande imprensa às forças de centro-direita é histórico, se desenvolvendo primeiro em oposição aos governos Getúlio Vargas (1951-1954) e Goulart, vinculados ao projeto nacional-desenvolvimentista, e depois contra o Partido dos Trabalhadores (PT), partido que apresentou viés reformista ao chegar ao poder, em 2003. A hipótese levantada por Azevedo havia sido confirmada anteriormente por Baron (2015) para o caso específico do *Globo*. Conforme concluiu esse pesquisador, a oposição do diário carioca contra Vargas e o nacional-desenvolvimentismo se iniciou em 1945, com a queda do Estado Novo. Posteriormente, o conflito entre *OG* e o projeto defendido por Vargas foi atualizado diante da formação de seu segundo governo, em 1950/1951, sendo reafirmado na década de 1960, dessa vez, contra o trabalhismo janguista e brizolista. Por meio de uma estratégia discursiva que buscava moralizar a política subordinando a coisa pública à perseguição de certos valores morais, *OG* fez oposição ao segundo governo Vargas[5] e ao primeiro governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006). Mais que isso, o periódico da família Marinho tentou naturalizar a ordem social, "*lo que significa, en una sociedad hierárquica y elitista como la brasileña, la intención de rechazar las pretensiones de reforma social como externas a sus tradiciones*" (Goldstein 2015, 2), tomando as mudanças sociais empreendidas por esses governos como eventos catastróficos para o equilíbrio de forças sociais e a estabilidade política nacional.

De toda maneira, é notória a convergência de posicionamentos da *FSP* e d'*OG* na fase mais recente da história brasileira, em especial na Nova República. Para Francisco Fonseca (2003; 2005; 2010), ambos os jornais atuaram politicamente afinados com as forças neoliberais, patronais e conservadoras durante o processo Constituinte (1987-1988), opondo-se ao reconhecimento de novos direitos sociais. Nas palavras do cientista político,

> [...] alguns dos direitos sociais propostos, tais como a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação da licença-maternidade, a licença-paternidade, o aumento do valor da hora extra, entre outros, foram vistos como: *i*) *catastróficos à produção*, pois desestimulariam o capital a investir, aumentando o desemprego e produzindo o resultado *oposto* do que se desejava (tese da perversidade); *ii*) *inócuos*, pois não seriam respeitados pelo 'mundo real' da economia, logo uma medida *estéril* (tese da futilidade); e *iii*) ameaçadores dos direitos anteriormente conquistados, caso do

---

[5] O caráter oposicionista do *Globo* em relação a este governo não pode ser tomado em absoluto, pois, como demonstrou Luís Martins, o posicionamento do diário carioca endossou, em boa medida, a política econômica do segundo governo Vargas, marcada pela orientação nacional-desenvolvimentista. Em certa oportunidade, inclusive, *OG* cobrou do governo "[...] *o aumento dos investimentos públicos e privados em pleno processo inflacionário*" (Martins 2010, 342), fato que evidencia uma rejeição pragmática à ortodoxia monetarista defendida por intelectuais neoliberais.

> mercado formal de trabalho, que poderia diminuir (tese da ameaça) (Fonseca 2010, 23; ênfase do autor)[6].

Analisando editoriais publicados pela imprensa do eixo Rio-São Paulo (*Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*) durante a fase de definição da Nova República (1985-1990), Fonseca advertiu que a atuação dos jornais supracitados evidenciou um caráter simplificador, vulgarizador e autoritário, na medida em que "*os periódicos simplificaram problemas extremamente complexos, vulgarizando-os ao público leitor de forma dicotômica e destituída de vozes alternativas*" (Fonseca 2005, 442). Nesse sentido, desqualificaram-se tanto os grupos vistos como adversários quanto as suas ideias e projetos políticos tomados como anacrônicos. Em termos de interpretação dos conflitos, houve "*unanimidade quanto à rejeição radical às greves e a todas as expressões de conflito social*" (Fonseca 2005, 444), considerados desestabilizadores da ordem. Por tenderem à exclusão de vozes dissonantes e afirmarem o ultraliberalismo[7] como a única via possível de desenvolvimento, o pesquisador considerou que os jornais apresentaram um posicionamento autoritário, pois fechados à publicização objetiva de outros projetos políticos, ideias e valores.

Rodrigo Carvalho (2006), sob uma abordagem semelhante à de Fonseca, examinou os editoriais publicados pela *FSP* e *OG* ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), no intuito de explicar a relação daqueles veículos com o referido governo. Em suas conclusões, o cientista social afirmou que a *FSP* e *OG* pautaram seus editoriais pela defesa de um projeto político neoliberal, convergente com o protagonismo do mercado e da iniciativa privada, leia-se, empresariado (nacional/associado e estrangeiro). Nesse projeto, enfatizou-se a desestatização, a abertura econômica e a execução de reformas estruturais, a exemplo das reformas da Previdência, Tributária, Administrativa e Trabalhista, todas voltadas para o mercado.

João Braga Arêas (2012), por sua vez, investigou as *Batalhas de O Globo (1989-2002)*, na tentativa de compreender a construção da hegemonia neoliberal no Brasil, a partir da análise de matérias e editoriais publicados pelo jornal carioca. Em uma perspectiva teórica gramsciana, por meio da qual se percebe *OG* como instrumento político-ideológico de

---

[6] As teses da perversidade, da futilidade e da ameaça foram desenvolvidas originalmente por Albert Hirschman (1992). Nesse estudo, o autor estava preocupado na identificação das principais teses reacionárias utilizadas por diferentes atores políticos e sociais contra propostas "progressistas". Em suas palavras, "de acordo com a tese da *perversidade*, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. A tese da *futilidade* sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão 'deixar uma marca'. Finalmente, a tese da *ameaça* argumenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior" (Hirschman 1992, 15-6).

[7] Dada a radicalidade das propostas veiculadas pela grande imprensa no período anteriormente mencionado, Fonseca prefere empregar o termo ultraliberalismo e não neoliberalismo, geralmente utilizado pelos estudiosos do tema.

"[...] frações das classes dominantes, em especial daquelas vinculadas ao capital financeiro e às multinacionais" (Arêas 2012, 41), o historiador pontuou que o jornal citado protagonizou a difusão das ideias neoliberais no país, "permitindo a unificação da classe dominante e construindo, retoricamente, uma adesão subordinada das classes subalternas ao projeto político defendido, a nível governamental, inicialmente por Collor (1990), e posteriormente por FHC (1995 a 2002)" (Ferreira 2018, 299).

Nessas batalhas, *OG* emitiu uma interpretação negativa sobre a função do Estado e os servidores a ele vinculados, considerados como entraves à modernização brasileira. Os servidores foram associados à manutenção de privilégios e ao desperdício do dinheiro público, enquanto se buscou consolidar a imagem de um Estado dominado por interesses privados, negligente com as necessidades do conjunto da sociedade e ineficiente na prestação de serviços (Baptista 2017).

Como se pode perceber, a atuação política da *Folha* e do *Globo* esteve marcada durante a década de 1990 (e mesmo antes, na Constituinte) por posições claramente afinadas com o neoliberalismo, entendido neste trabalho como um corpo relativamente coerente de ideias voltadas para a ação política e a gestão econômica. Tais ideias orientam-se pela ênfase nas liberdades econômicas dos indivíduos protegidos por uma estrutura institucional que garanta o direito à propriedade e a autonomia das atividades econômicas. Dentro desse projeto político, o Estado possui papel subordinado às forças do mercado, devendo atuar como guardião da ordem e da segurança pública, condições indispensáveis para a efetivação das liberdades individuais (Harvey 2008).

O projeto político em questão foi apresentando no Brasil inicialmente por Fernando Collor de Mello, presidente que pautou seu programa de governo pela redução do tamanho do Estado e do funcionalismo público, bem como pela implantação de um programa amplo de privatizações, etc. Entretanto, o governo Collor (1990-1992) foi interrompido por um escândalo de corrupção, o qual resultou no impedimento de seu mandato e no empossamento de Itamar Franco. Em sua gestão (1993-1994), houve um refluxo da agenda neoliberal, com a diminuição do impulso desestatizante. Seja como for, a queda de Collor foi acompanhada pelo crescimento da pressão da grande imprensa em favor do aprofundamento e da aceleração da agenda neoliberal, expressa nesse momento na defesa radical da privatização e da abertura econômica (Fonseca 2004).

No ano de 1994, ocorreram eleições que permitiram a troca do presidente da República, entre outros cargos. Saindo do Ministério da Fazenda para concorrer à presidência, Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), disputou a aprovação do eleitorado com Lula, do PT. Contando com a simpatia da grande imprensa, FHC conseguiu contornar os resultados iniciais das pesquisas de opinião, favoráveis à candidatura petista. Embalado pelo lançamento do Plano Real (julho de 1994), afinado com as ideias neoliberais e contando com o apoio de um partido conservador em sua

chapa (o Partido da Frente Liberal - PFL), FHC ultrapassou Lula nas pesquisas, vencendo o candidato do PT já no primeiro turno, com 54,35% dos votos válidos, seguido por Lula, que obteve 27% dos votos.

O foco deste artigo não está nas eleições, mas sim no projeto político defendido pelos jornais *FSP* e *OG* durante a década de 1990, em particular, em 1994, momento de afirmação do neoliberalismo no Brasil. Entretanto, o cenário eleitoral é significativo para o objetivo desta pesquisa, porque permite investigar as tendências da opinião pública (Rémond 2003). Atento ao espaço destinado para a publicização da opinião oficial de cada periódico, ou seja, os editoriais, pretendo examinar o projeto político defendido por ambos os jornais, destacando sua concepção de democracia e a importância atribuída ou recusada à redução das desigualdades sociais.

1994: a afirmação da direita neoliberal no Brasil

Neste artigo, desenvolvo uma análise sobre o projeto político defendido pelos jornais *FSP* e *OG* a partir de seus editoriais publicados durante o ano de 1994. Ao todo, foram examinados 140 editoriais: 83 relativos ao jornal paulista e 57 correspondentes ao veículo carioca, sendo citados ao longo deste texto uma pequena amostra dos exemplares.

Em trabalhado publicado anteriormente, afirmei que o projeto político delineado nos editoriais da *FSP* e d'*OG*, no mesmo recorte temporal, enfatizava o mercado como esfera de gestão das relações econômicas, assim como a prioridade da liberdade econômica, aspecto que resultava na sobrevalorização do indivíduo consumidor de mercadorias, em detrimento da discussão sobre a cidadania. O viés economicista apontava para a subtração da importância da participação política, vista apenas em termos eleitorais, enquanto que a democracia raramente era discutida em termos conceituais ou empíricos. O projeto em questão caracterizava-se pela orientação direitista neoliberal, uma vez que preconizava a propriedade privada e a economia de livre mercado como os principais alicerces da ordem social, percebendo a possibilidade de redução das desigualdades como um fenômeno suplementar, resultante "natural" da estabilização econômica (Ferreira 2018).

Em diversos editoriais, a estabilização foi alçada pelos periódicos mencionados como condição indispensável do desenvolvimento econômico. Apesar da diferença de entonação (com a *FSP* sendo mais cética do que *OG*), ambos os jornais ofereceram apoio à execução do Plano Real, considerado peça-chave no combate à inflação e motor da candidatura tucana. A estabilização econômica foi tida como o primeiro passo para o crescimento. Sem essa iniciativa, o governo não conseguiria atrair investimentos estrangeiros e tornar a economia brasileira mais competitiva (*FSP*, Estabilizar para competir, 10 set. 1994, 2). A estabilização também foi apresentada como imperativo para se combater as desigualdades socioeconômicas. A *FSP* propunha que, com o combate à

inflação e a estabilização de preços, haveria uma redistribuição de renda no país, expressa no aumento do poder de consumo da população. Embora afirmasse que a estabilização não resolvia o problema por completo (*FSP*, Vai ajudar? 25 jun. 1994, 2; Injustiça garantida, 1º mai. 1994, 2), é possível questionar a real importância do tema das desigualdades no projeto político da *FSP*. A redistribuição de renda não aparecia como uma prioridade na perspectiva desse periódico, mas sim como um complemento - ainda que importante - da estabilização e da liberalização econômica. Pouco se discutiu o "como" seria efetivada a redistribuição de renda, de modo que o processo foi colocado como produto quase que automático do controle inflacionário.

OG também defendeu a estabilização como base do crescimento, associando o Plano Real à possibilidade de se realizar a redistribuição de renda no Brasil, portanto, de atender às demandas dos setores mais pobres da sociedade (*OG*, Dentro do figurino, 26 ago. 1994, 6; Precauções no caminho, 24 mai. 1994, 6). Assim como fez a *FSP*, o diário carioca citou a questão das desigualdades e da injustiça social, posicionando-se, aparentemente, como defensor do combate à pobreza, mas colocando a questão como complemento e não enquanto uma prioridade. A redistribuição de renda surgia quase que na qualidade de produto automático da estabilização, dado o aumento do poder de consumo da população, viabilizado pelo controle inflacionário. Mas a discussão não foi além disso e o mercado permaneceu como instância protagonista da regulamentação econômica. Essa era uma das grandes virtudes, para a *FSP* e *OG*, do Plano Real, pois o Estado finalmente teria reconhecido a necessidade de limitar sua intervenção, deixando o mercado atuar com liberdade.

No que interessa ao modelo de desenvolvimento a ser implantado no Brasil, os jornais citados foram enfáticos no alinhamento com o neoliberalismo – tomado como a única opção viável nesse sentido. Na perspectiva da *FSP*, a promoção da iniciativa privada, a liberalização econômica, a abertura comercial, com a atração de capital estrangeiro, a privatização etc., não foram vistas como elementos característicos de determinada ideologia, mas sim como questões práticas, as quais deveriam ser enfrentadas (positivamente) por quaisquer governantes. O cidadão, todavia, foi representado como consumidor de bens e serviços (*FSP*, Sem utopia, 21 jun. 1994, 2), raramente enquanto ator político.

Caberia ao Estado restringir o campo de sua atuação, concentrando-se na manutenção de serviços básicos, para os quais o setor privado não se encontrasse em condições de atendimento; atendo-se às necessidades dos agentes produtivos e à autonomia do mercado, buscando promover o funcionamento autônomo da economia para a satisfação das necessidades do consumidor, segundo a *FSP*. Trata-se, em todo caso, de incentivar o consumo e não o contrário (*FSP*, Que país é este, 26 out. 1994, 2).

O projeto político defendido pelo jornal carioca é semelhante à agenda da *FSP*. Há diferença de entonação no apoio ao Plano Real e ao governo, mais sensível no caso d'*OG*, porém, não existe uma distinção substancial em termos políticos e ideológicos. Ambos os jornais defenderam um modelo de desenvolvimento caracterizado pelo domínio do mercado em relação ao Estado, do consumidor sobre o cidadão e das relações econômicas em detrimento das relações políticas.

A ênfase do jornal carioca recaiu sobretudo na defesa do livre comércio e no caráter econômico das relações sociais, com destaque para o consumidor e não para o cidadão. A justiça social, por outro lado, foi vista como um produto e uma possibilidade da liberalização comercial e não como uma construção e uma prioridade de quaisquer governos. O Estado foi associado ao corporativismo e ao patrimonialismo, características históricas da experiência brasileira, segundo o periódico. Na relação com a sociedade, ao invés de promover a livre iniciativa, o Estado tenderia a "formação de grupos de interesses", uma tradição que *OG* aparentemente condena (*OG*, Medo pertinente, 30 jan. 1994, 6).

Mesmo em se tratando de um período (1994) que incorporava o calendário eleitoral, não houve debate significativo nos editoriais da *FSP* e d'*OG* no que tange à cidadania e à participação política, muito menos no que interessa à democracia. Em geral, a ordem política foi vista em posição subordinada a ordem econômica, com os interesses do empresariado sendo alçados a uma posição prioritária na agenda pública. Os interesses desse setor foram defendidos em diversas oportunidades, e os indivíduos tomados como consumidores, mas não na condição de cidadãos. A democracia e a cidadania foram marginalizadas no projeto político neoliberal, subordinadas a interesses econômicos dominantes de parte do empresariado nacional, multinacionais e grupos representativos do capital estrangeiro.

Conclusão

Neste artigo, busquei analisar as batalhas da direita neoliberal protagonizadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* na Nova República. Atentando para a bibliografia especializada e examinando editoriais publicados por ambos os periódicos durante o ano de 1994, tentei compreender o caráter do projeto político defendido pelos proprietários destes veículos, a saber: Grupo Folha e Grupo Globo.

Indiquei diversos estudos que demonstram a afinidade da *FSP* e d'*OG* com o pensamento e o projeto neoliberal. No Brasil, essa doutrina serviu de fundamento a uma caracterização depreciativa do Estado, das empresas e funcionários a ele vinculados. O Estado foi associado repetidas vezes, em editoriais e matérias informativas, ao patrimonialismo e ao corporativismo, etc.. Já as empresas estatais foram representadas na condição de fontes de desperdício do dinheiro dos contribuintes, porque ineficientes em seu funcionamento e dominadas por interesses particulares de funcionários ociosos e privilegiados.

Em suas batalhas contra as esquerdas, a direita neoliberal alinhou-se historicamente às forças de centro-direita, supostamente comprometidas com a legalidade institucional e o regime democrático. De todo modo, na Nova República o compromisso da direita neoliberal, aqui representada pelos diários citados, esteve mais ajustado aos interesses do empresariado. Já na Constituinte, 1987-1988, tanto a *FSP* quanto *OG* se empenharam na oposição à introdução de novos direitos sociais, principalmente em relação ao mundo do trabalho. O direito de greve, por exemplo, foi repetidamente criticado, por supostamente prejudicar o funcionamento ordinário das empresas estatais e, assim, a economia do país.

Os movimentos sociais também sofreram duras críticas da direita neoliberal. O Movimento Sem Terra (MST) foi alvo de avaliações pejorativas, porque, ao criticar o estatuto da propriedade privada, posicionou-se contrariamente aos interesses representados pelos jornais da grande imprensa. E as esquerdas, em particular o PT, foram desqualificadas, vistas como anacrônicas e incapazes de apresentar alternativas políticas consistentes para o plano federal (Ferreira 2018). Assim, efetivou-se uma oposição sistemática dos jornais do Grupo Folha e do Grupo Globo contra o PT, mas também contra os movimentos sociais e o protagonismo dos trabalhadores, desqualificados em seus protestos por melhores condições de trabalho.

A democracia se viu submetida à liberdade individual na esfera econômica e ao direito da propriedade privada. No projeto político publicizado pelos referidos periódicos, não havia lugar para cidadãos, apenas para consumidores. A redistribuição de renda, portanto, a subtração das desigualdades, seria alcançada, no entendimento da *FSP* e d"*OG*, somente através da estabilização econômica. Contudo, o combate às disparidades de renda foi visto como produto "natural" da estabilização, e não como uma prioridade. Nesse sentido, a direita neoliberal demonstrou certa conivência com o inigualitarismo, percebendo as desigualdades como fenômeno "natural", logo, admissível (Bobbio 1995).

A atuação política da direita neoliberal na Nova República sugere a permanência de certos conflitos político-ideológicos na história brasileira. Atuando em sintonia com as forças de centro-direita, a *FSP* e *OG* têm protagonizado batalhas ideológicas, por meio das quais, a depender do equilíbrio de forças na sociedade, é possível manter ou alterar a ordem institucional. Fora isso, a capacidade que os ditos jornais possuem de orientar e desequilibrar as tendências de opinião pública indica seu poder de agendar os temas que serão debatidos publicamente e tratados pelas autoridades governamentais.

Sem dúvida, a imprensa aparece como uma arena decisiva no que tange aos conflitos. Na mídia (jornais, revistas, televisão e rádio) veiculam-se ideias, valores e projetos políticos identificados com as forças sociais que possuem capacidade de se fazer ouvir, em detrimento de outras vozes, silenciadas nos meios de comunicação. Jornais como a *FSP* e *OG* permitem que se construam determinados consensos em torno dos problemas políticos, valendo-se de estratégias múltiplas, que incluem: simplificação, vulgarização,

silenciamento, exclusão, etc. Analisar a atuação política da grande imprensa, nessas condições, coloca-se como uma direção de pesquisa dos conflitos entre as forças políticas e de entendimento sobre a própria dinâmica da democracia brasileira, na medida em que a mídia não trata apenas de governos, mas também de partidos, do Congresso Nacional, etc. Na relação mídia e política, há uma série de questões que precisam ser observadas e problematizadas, questões que podem e devem ser consideradas pelos historiadores, particularmente por aqueles que se preocupam com a história política do Brasil Republicano.

Referências

Araujo, O. R. 2004. *Derechas y ultraderechas en el mundo*. México, D.F.: Siglo XXI Editores.

Azevedo, F. A. 2017. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: EdUFSCar.

Baptista, B. F. 2017. Jornal *O Globo* e o projeto neoliberal no Brasil: depreciação do funcionalismo público nas páginas do periódico da família Marinho (1990-1999). Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "*O papel social do historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História*", Juiz de Fora: 152-63.

Baron, Jaime. 2015. *O jornal "O Globo" como porta-voz das posições políticas da família Marinho, ontem e hoje*. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.

Bobbio, Norberto. 1995. *Direita e esquerda*: razões e significados de uma distinção política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP.

Boron, Atilio A. 2010. ¿Qué debemos entender por "derecha"?. En: PALAU, Marielle (Coord.). *La ofensiva de las derechas en el Cono Sur*. Assunção: Base IS: 13-20.

Bourdieu, Pierre. 2012. *O poder simbólico*. 16 ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Carvalho, Rodrigo. 2006a. *A imprensa escrita na era FHC*: análise dos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período 1995-2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado), Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo.

Carvalho, Rodrigo. 2016. *O governo Lula e a mídia impressa* – estudo sobre a construção de um pensamento hegemônico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Codato, Adriano; Bolognesi, Bruno; Roeder, K. M. 2015. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: Velasco E Cruz, S.; Kaysel, A.; Codas, G. (Orgs.). *Direita, volver!*: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro,115-44. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Feres Júnior, J. 2017. Looking through a glass, darkly: the unsolved problem of Brazilian democracy. *Critical Policy Studies* 1: 1-8.

Ferreira, Fabrício. 2018. Uma análise preliminar acerca do viés ideológico do projeto político da *Folha de S. Paulo* e d'*O Globo* em 1994. *Temporalidades* 10 (1): 295-319.

Fischer, Karin e Dieter Plehwe. 2013. Redes de *think tanks* e intelectuales de derecha en América Latina. *Nueva Sociedad*, may.-jun.: 70-86.

Fonseca, Francisco. 2003. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. *Opinião Pública* IX (2): 73-92.

Fonseca, Francisco. 2004. *A Agenda da transformação*: A grande imprensa e a hegemonia neoliberal no Brasil (o Governo Itamar Franco – 1993/1994 – e o refluxo da Agenda). FGV-EAESP/GVPESQUISA. *Relatório de pesquisa* 34.

Fonseca, Francisco. 2005. *O consenso forjado*: *a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.

Fonseca, Francisco. 2010. Mídia e poder: elementos conceituais e empíricos para o desenvolvimento da democracia brasileira. 1509 - Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, set..

Gagliardi, J. 2018. *"Um projeto de poder por vias não democráticas"*: O Globo e a narrativa do Lulopetismo. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Goldstein, Ariel A. 2015. *Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil*: una comparación entre el segundo gobierno de Getúlio Vargas y el primer gobierno de Lula da Silva. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales), Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.

Harvey, David. 2008. *O neoliberalismo*: história e implicações. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola.

Hinkelammert, Franz J. 1988. Democracia y nueva derecha en América Latina. *Nueva Sociedad* 98: 104-115.

Hirschman, A. O. 1992. *A retórica da intransigência*: perversidade, futilidade, ameaça. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras.

Kaltwasser, C. R. 2014. La derecha en América Latina y su lucha contra la diversidad. *Nueva Sociedad* 254: 34-45.

Lattanzi, José Renato. 2013. *Dragões de papel*: o jornalismo impresso ante os caminhos para o golpe civil-militar (1955/1964). Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Martins, Luís C. dos P. 2010. *A grande imprensa "liberal" da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954)*: conflito entre projetos de desenvolvimento nacional. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Moncada, Samuel. 1988. Derecha intelectual y grupos empresarios. *Nueva Sociedad*, nov.-dic: 116-122.

Oliveira, M. E. 2017. *A construção do discurso sobre a reforma política nos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo durante os governos Lula I e II (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Porto, M. P. 2000. La crisis de confianza en la política y sus instituciones: los medios y la legitimidad de la democracia en Brasil. *América Latina Hoy* 25: 23-33.

Rehbein, M. 2011. *O papel da imprensa na qualidade democrática*: uma análise de possibilidades nos principais jornais nacionais. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rehbein, M. 2013. O papel da imprensa na qualidade democrática: um estudo de notícias nos principais jornais nacionais. In: Guimarães, A. S.; Vieira, F. S. (Orgs.). *Legislativo e democracia*: reflexões sobre a Câmara dos Deputados, 249-77. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

Rémond, René. 2003. As eleições. In: Rehbein, M. (Org.). *Por uma História Política*. Tradução Dora Rocha. 2 ed., 37-55. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Rocha, Camila. 2015. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: Velasco E Cruz, S.; Kaysel, A.; Codas, G. (Orgs.). *Direita, volver!*: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro, 261-78. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Fontes documentais

Jornais

FOLHA DE S. PAULO. 1994. Estabilizar para competir, São Paulo, 10 set., 2.

FOLHA DE S. PAULO. 1994. Injustiça garantida, São Paulo, 1º mai., 2.

FOLHA DE S. PAULO. 1994. Que país é este, São Paulo, 26 out., 2.

FOLHA DE S. PAULO. 1994. Sem utopia, São Paulo, 21 jun., 2.

FOLHA DE S. PAULO. 1994. Vai ajudar? São Paulo, 25 jun., 2.

O GLOBO. 1994. Dentro do figurino. Rio de Janeiro, 26 ago., 6.

O GLOBO. 1994. Medo pertinente, Rio de Janeiro, 30 jan., 6.

O GLOBO. 1994. Precauções no caminho, Rio de Janeiro, 24 mai., 6.